O Brasil de 1889 a 1930

Após a queda da monarquia, Dom Pedro II foi para Portugal enquanto o Brasil se preparou para viver a República.

Depois da tomada do poder pelos republicanos e a ida de Dom Pedro II e toda a sua família para Portugal, teve início no Brasil a República Oligárquica, que durou de 1894 a 1930, época do primeiro presidente civil do Brasil, Prudente de Moraes.

Pela primeira vez, um civil estava no poder e o que coordenava o País eram as oligarquias. Foi nesse período, que o sistema agrário no Brasil começou a crescer e o café se tornou um dos maiores produtos brasileiros, por isso, inclusive, a República Oligárquica foi apelidada de café-com-leite.

O nome foi dado especialmente por conta da alternância de poder entre paulistas e mineiros. O primeiro detinha a maior produção de café no Brasil, o segundo, embora não fosse o maior produtor de leite do País, era o que produzia o melhor leite da época.

Apenas três presidentes não fizeram parte deste eixo, Hermes da Fonseca, que era gaúcho; Epitácio Pessoa, que era paraibano e Washington Luís, que era carioca. Tempos depois, os oligárquicos receberam o apoio dos demais estados brasileiros, principalmente os que possuíam coronéis, pois estes influenciavam os governos dos municípios em época de eleição e, em troca, recebiam favores presidenciais e até mesmo cargos públicos.

Em 1929, com a quebra da Bolsa de Nova York, houve sérios prejuízos no Brasil justamente por causa do café. O café brasileiro estava estocado em grande quantidade e isso fez com que este produto nacional sofresse grande desvalorização nos mercados, já que o País também estava em crise.

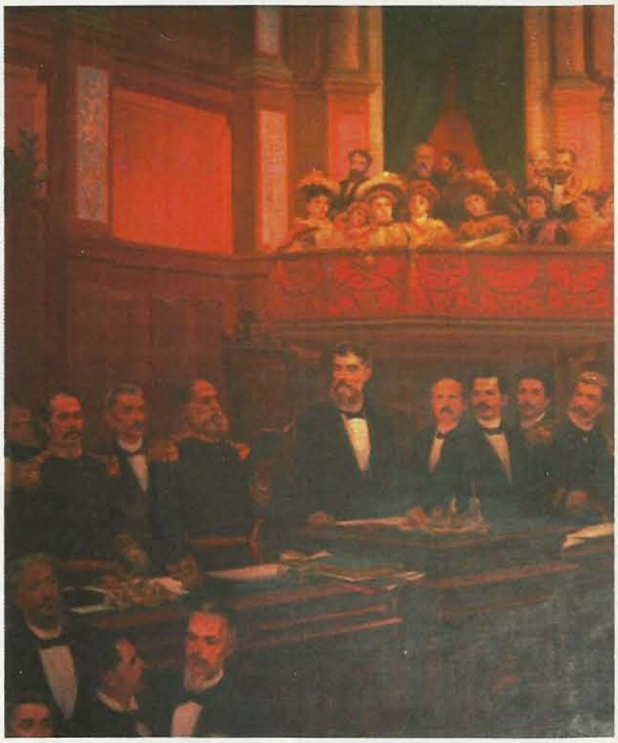
Após a Revolução de 1930, a união de paulistas e mineiros acabou e, com isso, a troca de, comandos entre os dois estados também. Neste mesmo ano, houve eleições presidenciais que colocaram o mineiro Júlio Prestes no poder. Contudo, o presidente eleito não assumiu o cargo, porque Getúlio Vargas tomou o poder por meio da Governativa criada por generais, em 03 de novembro. Esse era o fim da velha república e o começo de uma nova era no Brasil.

REBELIÕES

Apesar do fim da monarquia e do regime escravocrata, a república não trouxe qualquer tipo de benefícios, para os negros do País, além do mais, essa mesma república foi marcada pelo predomínio das elites agro-exportadoras no poder.

O novo sistema eleitoral da recém-república extinguiu o voto censitário como requisito para o alcance de direitos políticos. A proibição do voto de analfabetos deixou toda a população sem qualquer tipo de política pública, que pudesse dar assistência a eles ou até mesmo reverter o quadro.

A ausência de leis eleitorais também foi um grande



agravante para o Brasil na época e os períodos de eleições foram marcados por grandes fraudes. De olho, a população começou a ficar preocupada, afinal, como cobrar ou até mesmo aceitar as leis de um Estado que pouco se importava com a camada da população que mais necessitava?

Nessa época, problemas sociais e econômicos atingiram toda a população, desde o campo até a cidade. No meio rural, os coronéis, por meio das condutas opressoras com os camponeses, faziam com que estes se aproximassem mais de lideranças messiânicas como José Maria (Contestado/SC), Antônio Conselheiro (Vaza-Barris/BA) e Padre Cícero (Juazeiro/CE). Em certos locais, havia a formação de cangaceiros que não respeitavam qualquer tipo de autoridade do estado, sendo o mais famoso, sem dúvida, Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, chamado também de rei do cangaço.

Nas cidades, o problema de exclusão era feito por um governo ligado às antigas formas de mandar, como o autoritarismo e o perfil conservador de grandes empresários. No entanto, a formação da classe operária, influenciada pelo ideal socialista e anarquista, foi responsável pelos primeiros movimentos grevistas no Brasil e levantes populares, como a Revolta da Vacina, em 1904.

Os militares também se mobilizaram contra a oligarquia que reinava no Brasil. As primeiras manifestações aconteceram no Rio de Janeiro, quando marinheiros tomaram conta das embarcações oficiais para protestar contra os baixos salários. Entretanto, essa manifestação não ficou barata e o castigo veio de forma física, com a chibatada. O episódio ficou conhecido como a Revolta da Chibata, em 1910.

Nos anos 1920, o interesse político dos militares ganhou mais presença com o movimento tenentista e a formação da Coluna Prestes.

Essas manifestações deixaram claro que o Brasil não era mais restrito somente ao campo. No interior do País, cidades floresciam e a república ficava cada vez mais urbana, além disso, um país que vivia de exportações na agricultura, não suportaria as crises econômicas que vinham a cada momento. Mas a partir de 1914, o Brasil começou a se industrializar.

Página da esquerda
Foto superior: Alegoria da Proclamação da República.

Fotos da parte inferior: Manuel Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Brasil, e Floriano Peixoto, que o sucedeu na presidência.

Nesta página
Acima: Quadro da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

Ao lado: Juramento da 1ª Constituição Republicana brasileira.

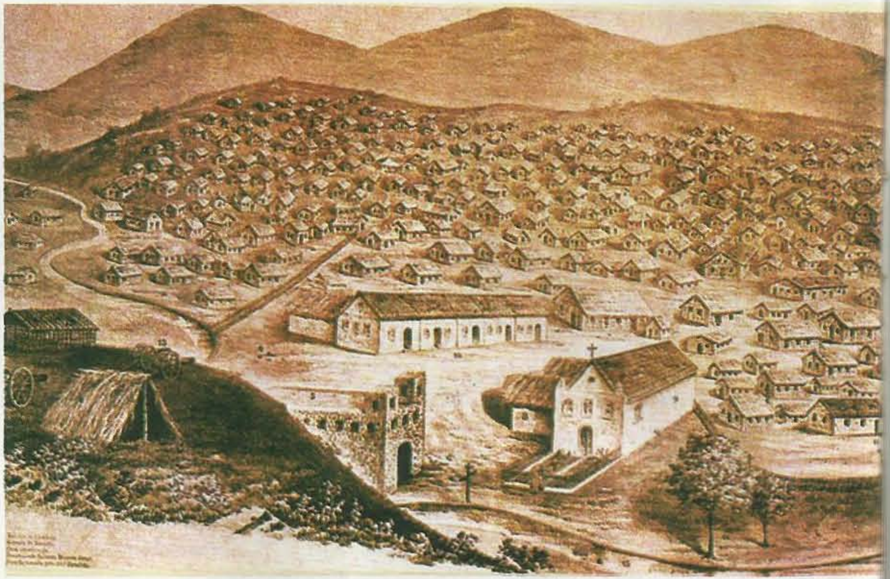
Uma lavoura de café no início do século XX.

REVOLTAS QUE TOMARAM CONTA DO BRASIL

Na história do Brasil, o termo messianismo é usado para dar nome aos movimentos sociais nos quais milhares de sertanejos fundaram comunidades comandadas por um líder religioso.

Surgiu em áreas rurais pobres atingidas pela miséria. Seus dois principais componentes eram a religiosidade popular do sertanejo e seu sentimento de revolta.

Na República Velha, os dois principais exemplos de messianismo foram os movimentos de Canudos e do Contestado.



REVOLTA DE CANUDOS

Ocorreu entre os anos de 1893 e 1897, na Bahia. Antônio Conselheiro chegou, em 1893, a uma velha fazenda abandonada no sertão baiano e ali liderou a formação de Canudos. Desde os tempos do império ele fazia pregações que atraíam multidões de moradores do sertão nordestino.

Milhares de pessoas se mudaram para Canudos em busca de paz e justiça em meio à fome e à seca do sertão.

Comandada por Conselheiro, a população vivia em um sistema comunitário, em que as colheitas, os rebanhos e o fruto do trabalho eram repartidos. Só havia propriedade privada dos bens de uso pessoal, não havia cobrança de impostos nem autoridade policial. A prostituição e a venda de bebidas alcoólicas eram rigorosamente proibidas.

GUERRA DO CONTESTADO

Ocorreu entre os anos de 1912 e 1916, na fronteira entre Paraná e Santa Catarina, uma região disputada pelos dois estados. Nessa área, era grande o número de sertanejos sem-terra e famintos, que trabalhavam sob duras condições para os fazendeiros locais e duas empresas norte-americanas que atuavam ali.

CANGAÇO: REVOLTA E VIOLÊNCIA NO NORDESTE

Ocorreu entre os anos de 1870 e 1940 (70 anos), no Nordeste do Brasil. Para alguns pesquisadores, ele foi uma forma pura e simples de banditismo e criminalidade, para outros, banditismo social, isto é, um tipo de revolta reconhecida como algo legítimo pelas pessoas que vivem em condições semelhantes.

Motivos para o acontecimento do cangaço:

Miséria, fome, seca e injustiças que os coronéis-fazendeiros produziram no semiárido do Nordeste. Um cenário favorável à formatação de grupos armados conhecidos como cangaceiros, que praticavam crimes, assaltavam fazendas e matavam pessoas.

As duas figuras mais importantes do cangaço foi Antônio Silvino e Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, o "Rei do Cangaço".

Depois que a polícia massacrou o "bando de Lampião", em 1938, o cangaço praticamente desapareceu do Nordeste.

REVOLTA DA VACINA

No governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), o Rio de Janeiro era uma cidade na qual a população enfrentava graves problemas: pobreza, desemprego, lixo amontoado nas ruas, muitos ratos e mosquitos transmissores de doenças. Milhares de pessoas morriam em consequência de epidemias como febre amarela, peste bubônica e varíola.

Os primeiros governos republicanos queriam transformar o Rio de Janeiro na "capital do progresso", que mostrasse ao País e ao mundo "o novo tempo" da República.

Combater as epidemias era um dos principais objetivos do governo; o médico Oswaldo Cruz, diretor da Saúde Pública, convenceu o presidente a decretar a lei da vacinação obrigatória contra a varíola.

A população não foi esclarecida sobre a necessidade da vacina obrigatória e diversos setores da sociedade reagiram contra.

Acima: pintura retratando Canudos antes da guerra.

Abaixo: marinheiros revoltosos (1910). João Cândido ao centro.

REVOLTA DA CHIBATA

Ocorreu no Rio de Janeiro, protagonizada pelos marinheiros que se revoltaram contra os terríveis castigos físicos a que eram submetidos.

Ficou conhecido como Revolta da Chibata, porque os marinheiros queriam mudanças no Código de Disciplina da Marinha, que punia suas faltas graves com 25 chibatadas. Além dos castigos físicos, eles reclamavam de má alimentação e os miseráveis salários que recebiam.

TENENTISMO

Foi o movimento político-militar que, pela luta armada, pretendia conquistar o poder e fazer reformas na República Velha. Era liderado por jovens oficiais das Forças Armadas, principalmente tenentes.

CLARO JANSSON

REVOLTA DO FORTE DE COPACABANA

Primeira Revolta Tenentista, que teve inicio em 5 de julho de 1922. Seu objetivo era impedir a posse do presidente Artur Bernardes. Tropas do governo cercaram o Forte de Copacabana, isolando os rebeldes.

Dezessete tenentes e um civil saíram para as ruas em um combate corpo a corpo com as tropas do governo. Dessa luta suicida, só dois escaparam com vida: os tenentes Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

O episódio ficou conhecido como "Os Dezoito do Forte".

REVOLTAS DE 1924

Dois anos depois da Primeira Revolta no País, ocorreram novas rebeliões tenentistas em regiões como o Rio Grande do Sul e São Paulo.

Depois de ocupar a capital paulista, as tropas tenentistas abandonaram suas posições diante da ofensiva armada do governo.

Com uma numerosa tropa de mil homens, os rebeldes formaram a coluna paulista, que seguiu em direção ao sul do País, ao encontro de outra coluna militar tenentista, liderada pelo capitão Luís Carlos Prestes.

COLUNA PRESTES

As duas forças tenentistas uniram-se e decidiram percorrer o interior do País, procurando apoio popular para novas revoltas contra o governo. Nascia aí a Coluna Prestes, pois ambas as tropas eram lideradas pelo capitão.

Durante mais de dois anos (1924 a 1926), a Coluna Prestes percorreu 24 mil quilômetros em de 12 estados. O governo perseguia as tropas da Coluna Prestes que, por meio de manobras militares, conseguiam escapar. Em 1926, os homens que permaneciam na Coluna decidiram ingressar na Bolívia e desfazer a tropa.

A Coluna Prestes não conseguiu provocar revoltas capazes de ameaçar seriamente o governo, mas também não foi derrotada por eles. Isso demonstrava que o poder na República Velha não era tão inatacável.

Getúlio Vargas no Palácio do Catete, em 31 de outubro de 1930, no dia que chegou ao Rio de Janeiro, após vitoriosa a Revolução de 1930.

A REVOLUÇÃO DE 1930

O presidente paulista Washington Luís resolveu apoiar a candidatura de Júlio Prestes que era conhecida como política do Café Puro. Prestes rompera o antigo esquema do Café com Leite. Insatisfeitos com essa mudança, latifundiários de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba criaram uma chapa com o nome de Aliança Liberal, encabeçada pelo fazendeiro gaúcho Getúlio Vargas, que prometia um conjunto de medidas reformistas, entre elas o voto secreto.

Em meio a um clima de tensão, Prestes foi considerado o vencedor das eleições. Mesmo assim, o grupo de Vargas não se desmobilizou. Com o assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930, os oposicionistas, apoiados pela maior parte do Exército, derrubaram o regime oligárquico. Em janeiro, Vargas assumiu o poder, e nele se manteve por 15 anos.

Foto maior:
Getúlio Vargas, com outros líderes da Revolução de 1930, em Itararé-SP, logo após a derrubada de Washington Luís.

Fotos menores:
Cartaz MMDC convocando o povo paulista às armas.

A crise de 1929 fez com que o poder político dos cafeicultores do estado de São Paulo diminuísse, consolidando a vitória da Revolução de 30.

Estado Novo

Chamado pela propaganda oficial de "o Pai do Povo", Getúlio Vargas age como ditador mas lidera a industrialização do país

Propaganda do Estado Novo, mostrando Getúlio Vargas ao lado de crianças, símbolos do futuro do Brasil.

Com Vargas na presidência começava o Estado Novo. Durante o tempo em que o governante permaneceu no poder, ele passou por três períodos diferentes: chefe de um governo provisório (1930-1934), presidente eleito pelo voto indireto (1934-1937) e ditador (1937-1945).

Ao tomar posse em 1930, Vargas discursou em nome de um governo provisório, mas assim que se viu no governo tomou uma série de medidas que acabaram por deixar seu poder no Estado mais forte. Um deles, por exemplo, foi dissolver o legislativo.

Com isso, o presidente comandava tanto o executivo como o legislativo, simultaneamente. Sem contar que, ele ainda suprimiu a constituição e exonerou todos os governadores, nomeando para cada estado um interventor de sua confiança, que geralmente eram militares ligados ao tenentismo.

Esses interventores tinham um papel fundamental no governo: minar qualquer tentativa de oposição ao presidente e uma nova forma de governar para consolidar a revolução. Durante essa época o Brasil conseguiu se modernizar em relação ao sistema oligárquico.

A REPÚBLICA POPULISTA

Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto por um movimento militar liderado por generais do próprio ministério. Com isso, foi obrigado a renunciar ao cargo de presidente da República.

Após a renúncia forçada de Vargas, houve uma reestruturação do sistema político no Brasil e, naquele ano, os brasileiros foram às urnas para escolher o novo presidente.

O nacionalismo e os partidos políticos faziam um grande jogo de interesses e alianças. Ao mesmo tempo, o setor agrícola deixou de ser o grande centro de interesse na hora do voto e, com isso, os candidatos e partidos se voltaram para a os centros urbanos, onde poderiam encontrar os operários.

O discurso voltado para a grande massa na época era digno de novela, carregado de drama e lágrimas. Estudiosos definiram esse período no Brasil como o auge do populismo.

Sob essa bandeira, os políticos dessa corrente colocaram o discurso a favor da inclusão social e na construção de uma nação promissora. Em cima dessa plataforma, construía-se um sujeito carismático, capaz de brigar pela população com a anulação da própria identidade para defender o País. O primeiro a surfar nessa onda foi justa-

mente Getúlio Vargas. Seu discurso nacionalista e a concentração de poderes políticos lhe renderam a alcunha de "Pai dos Pobres". Slogans assim demostravam o quanto a população se identificava com esse tipo de pessoa, e isso rendia ao político uma sólida carreira.

O REGIME MILITAR

Tratado como "os anos de chumbo", esse foi o período em que o Brasil ignorou a democracia. O governo era formado por militares desde o golpe em 1964, quando João Goulart foi deposto após estar completamente enfraquecido no governo e sem qualquer tipo de apoio.

Com Goulart fora da presidência, um comando militar assumiu em conjunto as responsabilidades pelo poder: General Costa e Silva, Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o vice-almirante Augusto Hamann.

Eles não só comandavam Brasília, como também cassaram aqueles que eram contra o novo regime, por isso, o Congresso Nacional foi pressionado pelos militares para que escolhessem o novo presidente da república. O primeiro foi Humberto de Alencar Castelo Branco, que marcou o fim da república populista e o começo do regime militar que terminou somente em 1985.

Sequência da ocupação do poder no período:

Governo Castello Branco (abril de 1964 a julho de 1967): o marechal Humberto de Alencar Castello Branco esteve à frente do primeiro governo militar e deu início à promulgação dos Atos Institucionais (AI). Entre as medidas mais importantes, destacam-se: suspensão dos direitos políticos dos cidadãos; cassação de mandatos parlamentares; eleições indiretas para governadores; dissolução de todos os partidos políticos e criação de duas novas agremiações políticas: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que reuniu os governistas, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reuniu as oposições consentidas.

Governo Costa e Silva (março de 1967 a agosto de 1969): o marechal Arthur da Costa e Silva enfrentou a reorganização política dos setores oposicionistas, greves e a eclosão de movimentos sociais de protesto, entre eles o movimento estudantil universitário. Também neste período, os grupos e organizações políticas de esquerda organizaram guerrilhas urbanas e passaram a enfrentar a ditadura, empunhando armas, realizando sequestros e atos terroristas.

Governo Médici (novembro de 1969 a março de 1974): o general Emílio Garrastazu Médici dispôs de um amplo aparato de repressão policial-militar e de inúmeras leis de exceção, sendo que a mais rigorosa foi o AI-5. Por esse motivo, seu mandato presidencial ficou marcado como o mais repressivo do período da ditadura. Exílios, prisões, torturas e desaparecimentos de cidadãos, fizeram parte do cotidiano de violência repressiva imposta à sociedade. Siglas como Dops (Departamento de Ordem Política e Social) e Doi-Codi (Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna) ficaram conhecidas pela brutal repressão policial-militar.

Governo Geisel (março de 1974 a março de 1979): o governo do general Ernesto Geisel coincidiu com o fim do milagre econômico. O aumento vertiginoso dos preços do petróleo, principal fonte energética do País, a recessão da economia mundial e a escassez de investimentos estrangeiros, interferiram negativamente na economia interna. Ao término do mandato de Geisel, a sociedade brasileira tinha sofrido muitas transformações. A repressão havia diminuído significativamente; as oposições políticas, o movimento estudantil e os movimentos sociais começaram a se reorganizar. Em 1978, o presidente revogou o AI-5 e restaurou o habeas corpus. Geisel conseguiu impor a candidatura do general João Batista Figueiredo para a sucessão presidencial.

Governo Figueiredo (março de 1979 a março de 1985): João Baptista de Oliveira Figueiredo foi o último general presidente, encerrando o período da ditadura militar, que durou mais de duas décadas. Ele acelerou o processo de liberalização política e o grande marco foi a aprovação da Lei de Anistia, que permitiu o retorno ao País de milhares de exilados políticos e concedeu perdão para aqueles que cometeram crimes políticos. A anistia foi mútua, ou seja, a lei também livrou da justiça os militares envolvidos em ações repressivas que provocaram torturas, mortes e o desaparecimento de cidadãos.

No último ano do governo Figueiredo surgiu o movimento das "Diretas Já", que mobilizou toda a população em defesa de eleições diretas para a escolha do próximo presidente da República. O governo, porém, resistiu e conseguiu barrar a Lei Dante de Oliveira. Desse modo, o sucessor de Figueiredo foi escolhido indiretamente por um Colégio Eleitoral, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, que em 15 de janeiro de 1985, o escolheu o deputado Tancredo Neves como novo presidente da República. Ele derrotou o deputado Paulo Maluf, no entanto, adoeceu e morreu. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente, José Sarney. Começava, assim, a Nova República.

AGÊNCIA BRASIL

Marechal Humberto de Alencar Castello Branco

SCHUMAKER, BYRON E.

General Emílio Garrastazu Médici (esquerda)

AGÊNCIA BRASIL

General Ernesto Geisel

AGÊNCIA BRASIL

João Baptista de Oliveira Figueiredo

Da Nova República aos Dias Atuais

Após a ditadura militar, o Brasil conhece a democracia estável, a reforma da moeda e o progresso econômico

A eleição indireta do deputado Tancredo Neves pelo colégio eleitoral marcou o fim do período ditatorial no Brasil. Contudo, ele foi internado antes de ocupar o cargo, vindo a falecer um mês depois e seu vice-presidente, José Sarney, que ocupava o cargo internamente, assumiu de vez o comando do Brasil.

Durante o governo de Sarney, o Congresso Nacional formulou a Constituição, que foi aprovada em 1988, com o fim da censura, além de proclamar o direito às liberdades civis da sociedade.

Em 1989, o Brasil, depois da Ditadura Militar, votou pela primeira vez para um presidente, por meio do voto direto, e acabou elegendo Fernando Collor de Mello.

Diretas Já foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido em 1983-1984

FERNANDO COLLOR DE MELLO

O Brasil estava em plena euforia por participar da primeira eleição direta após o regime militar. Fernando Collor de Mello acabou vencendo a campanha de 1989, contra o candidato do Partido dos Trabalhados, Luiz Inácio Lula da Silva. Mas, o que era só alegria virou decepção em pouco tempo.

Logo depois da posse, Collor nomeou um ministério com pessoas desconhecidas e sem respaldos dos partidos, entre elas a ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello. Juntos, elaboraram o Plano Collor, que visava recuperar a economia brasileira que andava em frangalhos. No entanto, as medidas que foram utilizadas para turbinar o sistema financeiro do Brasil não foram bem aceito pelo País.

A proposta tinha como pontos chaves trocar o nome da moeda para Cruzeiro, aumentar os impostos e confiscar a poupança por até 18 meses. Com essas medidas, o governo criou uma péssima relação com as pequenas empresas e investidores, e selou o começo da queda de Fernando Collor na presidência.

O que culminou com a péssima gestão de Collor foi, além de não cumprir as medidas de controle da inflação, ser acusado de um esquema de corrupção arquitetado por Paulo Cesar Farias, o PC farias.

O chamado Esquema PC foi denunciado pelo próprio irmão de Collor, Pedro, e repercutiu de forma generalizada no Brasil. A crise econômica mais a crise política foram suficientes para que o Congresso Nacional instaurasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). E, assim como foi no começo, Collor não teve qualquer apoio político e ainda enfrentou os prótestos do povo nas ruas, com força maior do "Movimento Cara Pintada".

O processo de cassação foi aberto em 29 de setembro de 1992 e Collor foi afastado. Horas antes de ser anunciado o Impeachment, ele, renunciou, mas mesmo assim, teve seus direitos políticos cassados por oito anos.

RADIOBRÁS

ASSUME ITAMAR

Após a cassação de Collor, Itamar Francos, seu vice, assumiu interinamente as funções de Presidente da República entre outubro e dezembro de 1992, e de forma definitiva em dezembro do mesmo ano.

RADIOBRÁS

AGÊNCIA BRASIL

Na página ao lado, no alto, Itamar Franco; abaixo dele, Fernando Collor de Mello. Acima, nesta página, Fernando Henrique Cardoso. No alto, à direita, Luiz Inácio Lula da Silva

Os desafios de Itamar eram grandes, precisava levar o Brasil para o crescimento e resgatar a autoestima do País, que andava muito baixa. O novo presidente foi à luta. De início, disse aos brasileiros que faria uma gestão transparente, com o apoio de vários partidos. Em abril de 1993, cumpriu o que dizia a constituição e organizou o referendo que indicaria o sistema de governo no Brasil, Monarquia ou República. Venceu a República com 66% dos votos, mas a maior façanha do mineiro de Juiz de Fora foi o Plano Real.

Montado pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o plano visava criar uma unidade de valor desvinculada do Cruzeiro, a Unidade Real de Valor, ou URV, assim cada URV valia US$ 1.

Ao final de toda a migração da moeda, o brasileiro não sentia mais os efeitos da inflação, que chegou à mais de 100% ao mês, e aumentou o poder de compra dos brasileiros. A gestão de Itamar foi tão bem recebida que conseguiu escolher o seu sucessor.

FHC

Após o sucesso do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente da República ainda no primeiro turno. Seu governo foi marcado pela privatização de empresas estatais como a Vale do Rio Doce e Telebrás, além da polêmica emenda da reeleição.

Os grandes destaques brasileiros foram a implantação do gasoduto Brasil-Bolívia, a elaboração de um – Plano Diretor da Reforma do Estado um acordo que priorizaria o investimento em carreiras estratégicas para a gestão do setor público – aprovação de emendas que facilitaram a entrada de empresas estrangeiras no Brasil e a flexibilização do monopólio de várias empresas, como a Petrobrás.

Também no governo FHC foi implantada a Lei de Responsabilidade Fiscal, que era caracterizada pelo rigor com os gastos do orçamento público. Foi também nesse período, que alguns benefícios foram criados como A Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Vale Gás.

Eleito em dois mandatos, FHC deixou a presidência em 1° de Janeiro de 2003 dando lugar a Luiz Inácio Lula da Silva. Era a primeira vez que um presidente eleito pelo povo entregava a faixa a outro representante eleito pelo povo.

LULA

O eterno candidato a presidência da República chega ao poder com a promessa de dar novos rumos a política brasileira, no entanto, ao saber da vitória do ex-operário a uma das maiores economias do mundo, os mercados estrangeiros foram a loucura e o dólar disparou, contudo, com um documento chamado de Carta aos Brasileiros, Luiz Inácio Lula da Silva prometeu dar continuidade a política econômica do seu antecessor.

RICARDO STUCKERT/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Era a primeira vez que a esquerda liderava o Brasil, e a primeira vez que um líder sindical recebeu a faixa presidencial. E a ação inaugural de governo, que aliás foi a plataforma de campanha, Lula deu início ao Fome Zero.

Esse foi um dos diversos programas sociais que marcou o seu mandado. Essa ação assistencialista se justificava pela necessidade em sanar o problema da concentração de renda que assolava o País. Tal medida inovadora foi possível graças à continuidade dada às políticas econômicas traçadas durante a era FHC. O combate à inflação, a ampliação das exportações e a contenção de despesas foram algumas das metas buscadas pelo governo. Contudo, em 2005 foi acusado de comprar parlamentares para que votassem à favor dos projetos criados por ele, esse processo foi conhecido como "mensalão".

Apesar das acusações, Lula conseguiu se reeleger para mais um mandato e após quatro anos, alçou ao poder sua ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que está no governo atualmente.